

Submetido em 02/04/2010.
Aprovado em 10/07/2010.

199

A SEGURANÇA ALIMENTAR E A ESPECIALIZAÇÃO DO FUMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UM PROCESSO DE EROSIÃO ALIMENTAR?

Roberta do Espírito Santo Luzzardi¹

Carlos Rogério Mauch²

RESUMO

O presente artigo procura analisar o processo de erosão alimentar que abrange os agricultores familiares, a partir da especialização do fumo no Estado do Rio Grande do Sul. Ocorrendo, assim, a diminuição na produção de hortaliças e consequentemente do autoconsumo dos agricultores e a maior dependência da renda gerada pela cultura do fumo. Ressalta-se também, o processo de mercantilização da agricultura, através do qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-os estruturas centrais à (re) produção da unidade familiar. Conclui-se que a diversificação produtiva e mesmo a existência da pluriatividade vem possibilitar a resistência da família no meio rural, proporcionando o aumento da produção agrícola e ainda uma menor dependência dos produtores a um único produto, e certamente possibilitará um aproveitamento integral da terra.

Palavras-chave: fumo; autonomia; agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A expressão segurança alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial da Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Em 1996, a mesma FAO estabelecia um conceito mais ambicioso, ao afirmar que se trata de assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o

¹ Engenheira Agrônoma. Mestre em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Email: rluzzardi@gmail.com.

² Engenheiro Agrônomo. Doutor em Biotecnologia pela Universidad Politécnica de Valencia-Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Email: crmauch@ufpel.edu.br.

momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa. A partir deste conceito, ficou evidente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*), com adequada qualidade biológica e nutricional. Ademais, alerta para a necessidade de que a agricultura seja mais respeitosa com o ambiente, de modo a assegurar a conservação da base de recursos naturais indispensável para a produção ao longo do tempo (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Os debates acerca do fornecimento alimentar, segurança alimentar e ainda da soberania alimentar tem estado nas pautas de discussão em vários espaços acadêmicos e políticos.

O estado de segurança alimentar de uma população ou de um indivíduo não se limita ao acesso ou não ao alimento, nem tampouco única e exclusivamente à situação de pobreza. O reflexo do corpo emagrecido não pode ser utilizado como indicador absoluto de fome ou de problemas de sustentabilidade alimentar. São inúmeros os aspectos que se relacionam com esta temática, ultrapassando os aspectos biológicos, envolvendo desde o direito humano básico à alimentação saudável, condições de acesso e produção, perpassando pelo poder de escolha por alimentos culturalmente adequados, pela busca digna do alimento, entre outros.

A necessidade de abordar a especialização do fumo decorre da importância de compreender o motivo dessa cultura aparecer como uma das principais estratégias de reprodução social adotadas pela agricultura familiar como forma de manter-se no campo. O presente artigo procura analisar o processo de erosão cultural alimentar (BALEM; SILVEIRA, 2005) que abrange os agricultores familiares, a partir da especialização do fumo. Procura-se caracterizar um processo de empobrecimento da dieta das famílias, causado pelo abandono das atividades de autoconsumo e a maior dependência da renda gerada pela cultura do fumo para garantir a segurança alimentar de sua família.

A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A GLOBALIZAÇÃO

Conforme Grisa (2007) as transformações na lógica e na organização do processo produtivo, e a própria mudança de camponeses para agricultores familiares, integram um amplo processo de mercantilização da agricultura. Conforme a mesma autora, por mercantilização da agricultura entende-se o processo pelo qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-os estruturas centrais à (re)produção da unidade familiar. A relação entre os mercados e os agricultores não é recente. Os camponeses sempre se utilizaram dos mercados, basicamente para vender parte da produção e/ou adquirir produtos não passíveis de produção dentro da unidade familiar. Todavia, o que se pretende sustentar aqui, é que a partir de um determinado momento, os mercados tornam-se as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com os objetos e meios de trabalho, bem como entre eles próprios e

outros atores sociais. Relações que passam a ser mediadas pela forma social da mercadoria.

A mercantilização da agricultura sugere a regulação da produção agrícola pelo mercado e pelas relações de preço, acentuando-se quando a ela se vincula crescente externalização da produção. A externalização refere-se à separação de um número crescente de tarefas do processo de trabalho agrícola, as quais são designadas a organismos externos. Os objetos, os instrumentos e progressivamente o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis. Isto confere aos agricultores uma crescente dependência dos fatores externos para começar um novo ciclo produtivo e, por conseguinte, uma perda de autonomia para produzir e se reproduzir. Deste modo, a agricultura se move de um estágio relativamente autônomo para um de dependência (GRISA, 2007).

A contínua relação da economia mundial não tem resultado numa redução das desigualdades entre países e regiões. Ao contrário, o acirramento da concorrência em nível internacional tem ocasionado um incremento das disparidades internacionais e, sobretudo, inter-regionais. Mesmo no interior dos países desenvolvidos, assumem uma posição de destaque aquelas regiões cujo sistema produtivo se encontra articulado internamente e apoiado por uma série de fatores externos que permitem a obtenção de elevados níveis de competitividade nos mercados globais.

Essa comprovação denota um fenômeno aparentemente contraditório da globalização: o fortalecimento do papel das regiões e mesmo de espaços localizados. Assim, quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores. Pois, à medida que o mundo se integra economicamente, as suas partes componentes estão se tornando mais importantes. De uma só vez, a economia global está crescendo, enquanto o tamanho das partes está encolhendo (NAISBITT, 1994). Ou seja, na medida em que os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferentes entre si, forma-se uma totalidade concreta, empírica, a partir das diferentes funções presentes em cada lugar (SILVEIRA, 1997).

Nesse aspecto, é preciso pensar local e agir globalmente. Para tanto, é necessário que se tenham informações transformadas em conhecimentos sobre e para o desenvolvimento da região, tendo em vista que cada região possui uma dinâmica própria, com o que acabam adquirindo especificidades próprias que passam a exigir teorias, também próprias, para explicar e compreender o desenvolvimento do lugar (BECKER, 1999).

A ESPECIALIZAÇÃO DA CULTURA DO FUMO NO RIO GRANDE DO SUL

Conforme Etges (1991), no ano de 1918 a produção de cigarros no país ainda era totalmente dependente da importação de fumos. Devido a este fato, a

Souza Cruz passa então a contratar funcionários estrangeiros para o plantio de fumo. Inicia-se, a partir daí, amplo programa de estímulos, assistência técnica e investimentos com o objetivo de implantar e desenvolver o cultivo do fumo no sul do Brasil.

Com a implantação do sistema de produção integrada de fumo, os plantadores passam a adquirir insumos provenientes da indústria e a fornecer a matéria-prima diretamente para a agroindústria fumageira a que estão ligados, eliminando assim os intermediários. A introdução desse sistema proporcionou uma maior dependência do pequeno produtor à agroindústria fumageira, fazendo com que estas tivessem garantido o fornecimento da sua matéria-prima sem precisar realizar investimentos na compra de terras e nem mesmo se submeter aos grandes riscos que correspondem à cultura do fumo, e o mais importante, evitando gastos com a compra de força de trabalho para a fase agrícola da produção.

O incremento na produção de fumo, a partir da internacionalização do setor, gerou inúmeros ciclos de grandes safras de fumo, as quais estimularam a produção industrial de beneficiamento de fumo e o aquecimento da economia regional. Ou seja, nesses momentos, o incremento das atividades fumageiras e dos níveis de comercialização e de exportação do produto tem proporcionado um aumento no montante de capital que passa a circular principalmente na economia urbana. Assim, como reflexo desse processo, tem-se igualmente um incremento nas atividades industriais, comerciais e de serviços, a ele direta ou indiretamente vinculadas (SILVEIRA, 1997). Da mesma maneira, nas entressafras toda a economia, de um modo geral, sofre as conseqüências de depender de uma atividade produtiva responsável pela geração de renda, emprego, salários, impostos etc., enfraquecendo a economia regional em face da perda de sua diversidade.

Deste modo, os reflexos das decisões e das estratégias estabelecidas pelas corporações multinacionais em sua participação no mercado, envolvem e permeiam, com graus variados de intensidade, cada lugar constituinte da sua especialidade. Nesse aspecto, há que se ter presente o novo conteúdo da divisão social do trabalho em nível global. Contexto em que a aceleração da mobilidade do capital e seus respectivos e simultâneos efeitos integradores e fragmentadores se acompanham de uma polarização espacial, onde o duplo movimento de descentralização da produção e de desenvolvimento do controle e da gestão, no âmbito global, levam a que tenhamos hoje uma interdependência do local ao global (SILVEIRA, 1997).

Cortês et al. (2005) em um estudo realizado sobre Agricultura Familiar e Pluriatividade no município de Morro Redondo-RS, destacam que a expansão da cultura do fumo reveste-se de importância na medida em que desvela o caminho que alguns produtores do município de Morro Redondo e da região, conseguiram trilhar em face de oportunidades que nem sempre estão à disposição da maioria dos produtores para garantir um ingresso econômico combinado com suas demandas, alguns porque estão descapitalizados, outros porque não possuem

mão-de-obra disponível. O depoimento transcrito de um agricultor, na pesquisa realizada pelos autores, revela essa convergência:

Eu passei a trabalhar com o fumo porque eles financiam a gente, financiam a estufa, o adubo e os defensivos... é mais caro que se comprar por conta da gente mesmo... Mas a gente não tem dinheiro para pagar à vista, então acaba comprando dele mesmo [da indústria fumageira].

Além disso, a hegemonia do setor fumageiro na geração de renda, emprego e recursos fiscais, propicia um privilegiado poder junto às autoridades políticas regionais, o que proporciona a obtenção de investimentos em recursos estruturais e sociais adequados ao desenvolvimento desse complexo produtivo, segundo Silveira (1997).

Verifica-se uma mudança na espacialidade da produção de fumo em nível mundial a partir do final da década de oitenta. Os países centrais produziam 47% da produção mundial nos anos 60 e declinaram a produção para 31% no final dos anos oitenta, enquanto os países periféricos, no mesmo período, elevaram sua produção de 52% para 69%. "Tal mudança se deve às ações das multinacionais fumageiras nesses países, onde atraídas pelo potencial desses mercados nacionais, pelo baixo preço da matéria-prima, pelo apoio fiscal e infra-estrutural dos governos locais e pela disponibilidade de numerosa e barata força de trabalho, acabaram expandindo suas atividades e simultaneamente promovendo mudanças que viabilizassem o aumento da produtividade e da qualidade do produto" (SILVEIRA, 1997).

Conforme Spies (2000), a política de crédito rural foi um dos instrumentos fundamentais para a consolidação da especialização produtiva regional devido a dois fatores: primeiramente por não haver nenhuma política de crédito rural até novembro de 1965, fato que estimulou a opção dos produtores por (a partir de 1920) se atrelarem a alguma fumageira que lhes financiasse a safra. Já que antes do surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural, eram as fumageiras que financiavam a safra dos produtores de fumo. Construção do forno, talagarças, adubo, pulverizador, inseticidas e, às vezes, até mesmo suprimentos em dinheiro corriam por sua conta como forma de adiantamento (VOGT, 1997). Atualmente o custeio da safra é garantido através de convênios firmados com os bancos e avalizados pelas companhias fumageiras, que tratam de toda a operação financeira e trâmites burocráticos, evitando assim que o colono tenha que enfrentar as filas dos bancos; pelo fato de, a partir de 1965, quando da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, 40% de todo crédito de custeio repassado à produção de fumo no Brasil ter sido enviado ao RS.

Outro componente fundamental para a especialização produtiva regional foi o financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil. Tal política teve lugar a partir de meados dos anos 60 e serviu de contraponto ao

Sistema Nacional de Crédito Rural no que se refere ao setor a jusante da agricultura. Seus resultados foram bastante positivos, permitindo o crescimento da oferta de alimentos processados no mercado interno e garantindo competitividade aos produtos manufaturados e semimanufaturados de origem agropecuária do Brasil no exterior. O fumo foi um destes produtos, o que fez com que a produção deste produto aumentasse em detrimento das demais culturas.

O preço do fumo foi fator de suma relevância para a especialização produtiva regional, pois foi o produto que melhor se adaptou às oscilações do mercado, e já em 1901 superava o valor dos demais produtos em até 6,5 vezes, como é o caso da batata. Qualquer elevação no preço do produto de exportação incitava à especialização produtiva, segundo Castro (1972).

A garantia da comercialização do fumo ao final de cada safra também foi decisivo por se tratar de um bem agrícola e, portanto perecível. Isto não acontece, por exemplo, com os demais produtos agrícolas regionais como o feijão, o milho, o tomate, a cebola, o alho, etc. que têm um mercado incerto.

A assistência técnica apresentada aos produtores pelas empresas fumageiras também influenciou a especialização regional na produção de fumo, bem como o pagamento do frete da casa do colono até a indústria, efetuado pela fumageira. Outro fator decisivo foi a concorrência enfrentada pelos produtos tipicamente gaúchos como milho, arroz, cebola, batata, feijão e mandioca, com a produção de outros estados brasileiros a partir dos anos 50.

A melhoria do sistema de transportes facilitou tanto a especialização produtiva regional quanto a própria importação de manufaturas. A tradição já secular do plantio de tabaco na região, aliada ao fato de tratar-se de cultura intensiva em mão-de-obra e que não exige muita terra nem maquinários.

A implantação do seguro mútuo da AFUBRA, que assegura a produção contra granizo, vendaval e queima de estufa, reduzindo os riscos do pequeno produtor.

E essencialmente, a vinda das multinacionais para a região que fomentaram inovações no sistema de produção, fazendo com que a qualidade e produtividade do fumo regional permitissem maior competitividade do produto no mercado internacional de fumo.

Outro elemento fundamental para a especialização produtiva regional foi o financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil. Tal política teve lugar a partir de meados dos anos 60 e serviu de contraponto ao Sistema Nacional de Crédito Rural no que se refere ao setor a jusante da agricultura. Seus resultados foram bastante positivos, permitindo o crescimento da oferta de alimentos processados no mercado interno e garantindo competitividade aos produtos manufaturados e semimanufaturados de origem agropecuária do Brasil no exterior. O fumo foi um destes produtos, o que fez com que a produção regional deste produto aumentasse em detrimento das demais culturas.

Segundo Abramovay (1981) uma das implicações mais importantes do desenvolvimento dos transportes para a agricultura foi à tendência constante à especialização. As ferrovias, os navios de alta tonelagem, etc., permitem ampliar o raio de ação da divisão social do trabalho. Com o declínio da autarcia técnica, cresce a demanda agrícola por produtos industriais. Correlativamente, a agricultura pode se especializar, ela pode adquirir no mercado aquilo de que necessita, concentrando-se assim em um ou alguns poucos produtos. Ou melhor, ela deve se especializar para otimizar o aproveitamento dos insumos que incorpora.

A tendência à especialização existe ao nível da divisão social do trabalho num determinado país, em termos internacionais e também sob o aspecto social: na França, por exemplo, há uma clara divisão de trabalho entre a pequena exploração camponesa (encarregada da criação animal) e os estabelecimentos capitalistas, que se concentram na exploração vegetal.

A POLICULTURA COMO FUNDAMENTO ORIGINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Wanderley (1999 apud MENDRAS, 1984) o sistema tradicional de produção camponês, denominado de policultura-pecuária e considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que a evolução destas pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. Como o afirma Mendras, toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

Segundo o mesmo autor Marcel Jollivet, retoma esta mesma reflexão, não a partir da dinâmica interna das sociedades camponesas, porém, sob a ótica das determinações da sociedade global (ou das diferentes sociedades globais, feudal, capitalista etc). Para ele, o caráter familiar da produção agrícola decorre de uma adequação às próprias condições técnicas tradicionais da produção agrícola. De fato, o estabelecimento familiar camponês constitui uma organização social bem adaptada às condições técnicas da produção agrícola. O sistema de policultura-pecuária, que representa a forma não apenas característica, mas também, a mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola após a revolução forrageira do século XVIII e que continuou a se desenvolver e a se aperfeiçoar até uma época

muito recente, supõe, para atingir sua plena eficácia, ser implantado nos quadros da unidade familiar de produção.

Esta adequação diz respeito, antes de mais nada à qualidade e à quantidade do trabalho que está associado ao sistema de policultura-criação. Ele exige, com efeito, um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele implica requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências. O camponês deve ser um artesão independente.

AUTOCONSUMO E AGRICULTURA FAMILIAR

O autoconsumo é compreendido como a parcela da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela derivada do beneficiamento dos produtos primários) realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da(s) famílias(s) do(s) responsável (is) e ainda à alimentação animal e outros usos na atividade produtiva.

Os primeiros habitantes viviam exclusivamente da caça e coleta. Com o passar dos tempos surgiam as primeiras atividades agrícolas para consumo próprio e o excedente era trocado. Com o passar do tempo houve o surgimento de novas técnicas. Os produtores rurais se especializaram em algumas culturas para fim comercial, e deixaram de lado algumas culturas de subsistência devido à falta de mão-de-obra, mas mesmo assim continuam produzindo parte dos alimentos que consomem. Entre os nossos agricultores, é comum a produção de alimentos para consumo próprio de forma diferente dos voltados para a venda, utilizando agrotóxicos somente na produção comercial, produzindo assim alimentos de melhor qualidade e diversidade para seu consumo. Além disto, a alimentação fica menos dependente das oscilações de preços do mercado mundial.

O estudo do autoconsumo pode nos dar várias contribuições. Primeiro, abre a possibilidade de interpretar melhor as estatísticas nacionais e, quem sabe, construir formas de melhorar as mesmas. Equivale a conhecer melhor nossa realidade. Tanto na estimativa da pobreza quanto da prosperidade, já que o autoconsumo é pedra fundamental da qualidade de vida de muitos dos nossos agricultores familiares mais prósperos. Pode fornecer subsídios para criar formas de segurança alimentar mais estáveis e ligadas à qualidade dos alimentos.

Em meio às mudanças técnico-produtivas ocorridas no meio rural brasileiro nas três ou quatro últimas décadas, emerge um paradoxo representado pela persistência e, não raro, incremento de formas tradicionais de organização da produção. Instrumentos de trabalho e insumos tradicionais como o arado, a enxada, o cultivo das próprias sementes e a produção do próprio adubo foram abandonados e substituídos por inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, a exemplo do trator, fertilizantes, agrotóxicos e sementes adquiridas por meio do mercado. Contudo, isto não significa que os agricultores tenham abdicado de

todos seus hábitos tradicionais ou deixado de praticar atividades integrantes de sua identidade social.

ABORDAGEM CULTURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Os aspectos da cultura poderão ser conhecidos na observância da dinâmica de uma intersubjetividade capaz de mostrar as diferentes percepções emergentes sobre o tema da segurança alimentar em seus contextos situacionais.

Conforme Freitas e Pena (2007) os aspectos socioculturais da alimentação são decorrentes do caráter interdisciplinar da segurança alimentar. Nesse aspecto, este tema central é coerente com a relação entre indivíduo, coletividade, alimento e ambiente, na formulação e no planejamento de políticas sociais de saúde e nutrição. Investigações sobre alimentação e cultura comportam diversas abordagens, e enfoques que relacionam condutas alimentares sob os domínios da produção e comercialização de alimentos, bem como a incorporação de novas funcionalidades à luz das modificações do mercado.

Os modelos culturais sobre o comer em diferentes grupos sociais prescrevem concepções sobre alimentação, em que aspectos simbólicos e representacionais fazem parte desse campo de saber.

A produção e a reprodução de crenças alimentares se constituem como fundantes da identidade sociocultural e interação de muitas maneiras com os valores do mundo moderno, globalizado. Tradições e novos padrões alimentares, centrados na cena urbana modernizante, também afetam a nutrição. Sobre isso, uma nova orientação pedagógica alimentar pode circunscrever o conceito de alimentação saudável, ou seja, uma educação nutricional - como ação social que versa sobre a saúde - que contemple e interprete os significados das escolhas alimentares dos sujeitos, respeitando suas próprias organizações sociais, as quais, inevitavelmente, produzem e reproduzem valores sobre o corpo e a vida.

As mudanças na alimentação, observadas, principalmente nas cidades, encontram na comida de rua sua maior expressão. Em geral, a comida de preparo *fast*, considerada perigosa para a saúde, pelo excesso de gorduras, é também valorizada, por representar liberdade, prazer, modernidade. As racionalidades sobre os perigos para a saúde estão, aparentemente, dissociadas do prazer de comer. E essa dissociação estrutura e reproduz a conduta da emoção em relação ao alimento, ainda que afete a saúde do corpo.

Também é relevante a produção de idéias que contemplem a história alimentar em diferentes grupos sociais, para melhor compreensão da realidade, idéias que resguardem o previsível e o nominal como referências culturais necessárias à prevenção.

A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Conforme o Ministério da Saúde (2008), em fevereiro de 2005, a Convenção-quadro para o Controle do Tabaco entrou em alento, agrupando-se ao ordenamento jurídico dos países que a ratificaram. O objetivo deste tratado internacional é “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências geradas pelo consumo de tabaco e pela exposição à sua fumaça”.

O Brasil desempenhou um papel de destaque nas negociações da Convenção-Quadro: foi eleito para presidir o processo de elaboração do tratado e foi o segundo país a assiná-lo. No entanto, assinar não é o suficiente. É necessário que o Congresso Nacional ratifique a adesão do Governo Brasileiro.

Apesar de já ter sido aprovada na Câmara dos Deputados desde maio de 2004, a Convenção-Quadro enfrenta agora grandes dificuldades no Senado Federal. A indústria do tabaco tem distorcido os objetivos da Convenção (tem criado mitos) e estabelecido um clima de hostilidade entre fumicultores com relação à adesão do Brasil a esse tratado. Um dos mitos divulgados é de que a Convenção-Quadro pretende extinguir a produção de fumo.

Atualmente nenhum governo desconhece a necessidade de reduzir o consumo de tabaco como forma de preservar a saúde e qualidade de vida de sua nação. O tratado preconiza a mobilização de recursos para apoiar alternativas economicamente viáveis à produção de fumo. Atualmente os fumicultores brasileiros estão descontentes com sua qualidade de vida, com a situação de dependência econômica imposta pela indústria do tabaco e com os graves riscos para saúde a que são submetidos em decorrência dos agrotóxicos utilizados para garantir uma boa safra. Somente os fumicultores dos países que ratificarem a Convenção-Quadro se beneficiarão do apoio técnico e financeiro que o Tratado buscará mobilizar para a promoção de alternativas para substituição da cultura do fumo.

Os principais pontos de fortalecimento são: políticas de preços e impostos, controle do mercado ilegal, substituição da cultura do fumo, controle de venda a menores e fortalecimento da política pública de controle do tabagismo.

As táticas da Convenção Quadro e da diversificação nas áreas de cultivo de tabaco é uma ação que deve envolver não apenas os agricultores que produzem fumo, mas o conjunto da sociedade, em dinâmicas de relação entre produtores e consumidores.

CONCLUSÕES

Atualmente, a segurança alimentar não pode ser explicada apenas pela lógica da produção ou pela lógica das necessidades nutricionais. O assunto se torna cada vez mais complexo, estabelecendo estudos sobre as relações que se

estabelecem entre os vários membros que compõem a cadeia alimentar: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e consumidores, além do papel do Estado no centro da contradição entre o sistema produtivo e a saúde pública. Seu estudo requer ainda a análise do conjunto de fatores que tem determinado as mudanças e a diversificação dos hábitos alimentares, ao longo do tempo, segundo as especificidades de cada país ou região.

As relações que se estabelecem entre a produção e o consumo não são apenas determinadas por fatores de ordem econômica. Fatores sociais, culturais, nutricionais, que revelam as várias dimensões em torno das necessidades dos consumidores, suas formas de adaptação e de apropriação do modelo dominante, suas formas de resistência, a adoção de novos hábitos associada à prevalência de práticas tradicionais, assim como suas representações e estratégias face à oferta, também deveriam ser considerados na avaliação do consumo alimentar.

O incentivo ao consumo da produção local e própria deve ser levado em conta à diversificação das criações e cultivos disponíveis nas propriedades. O incentivo à produção de frutas nativas e hortaliças, pois em alguns casos esta é insuficiente. Trabalhar a capacitação e educação dos agricultores, na produção e da alimentação, valorizando o aproveitamento por completo dos alimentos (talos, cascas, farelos, etc.). E posterior industrialização, agregando valor aos produtos e fortalecendo a agricultura familiar. O resgate de sementes crioulas junto com técnicas de manejo, promovendo a independência das empresas multinacionais que detêm o poder sobre o material genético (semente híbrida e transgênica), promovendo técnicas de preservação ao meio e a saúde das pessoas que trabalham nestas culturas.

O autoconsumo é fator determinante para a continuidade das pequenas unidades de produção familiar, mas poucas vezes é considerado em análises de viabilidade econômica, devido a sua complexidade. Mas pode ser visto por diversos ângulos, como: segurança e soberania alimentar e preservação do ambiente, com utilização de técnicas equilibradas promovendo o fortalecimento da biodiversidade.

O aumento no processo de diversificação ou reconversão nas áreas de cultivo de fumo é importante, mas não pode ser qualquer diversificação/reconversão, mas aquele que efetivamente potencialize a implementação de um modelo sustentável da agricultura familiar, preferencialmente com base na produção agroecológica. Ou seja, não é suficiente sair de um sistema de produção de alta dependência e de monocultura para outro sistema de produção semelhante. A agricultura familiar necessita de um plano de diversificação que deve vincular-se ao propósito da alimentação mais saudável, envolvendo a questão da produção de da saúde, dando visibilidade à estratégia da segurança alimentar: garantia de respeito às potencialidades locais e territoriais de desenvolvimento da agricultura, considerando-se os aspectos econômicos, sociais, étnicos e culturais. Para tanto, é fundamental o conhecimento sócio-econômico-cultural destes territórios e suas potencialidades concretas e viáveis.

Deste modo, a diversificação produtiva e mesmo a existência da pluriatividade vem possibilitar a resistência da família no meio rural, proporcionando o aumento da produção agrícola e ainda uma menor dependência dos produtores a um único produto, e certamente possibilitará um aproveitamento integral da terra, sem ser predatória e exaurir suas condições.

FOOD SECURITY AND EXPERTISE OF THE SMOKE OF FAMILY FARMING IN RIO GRANDE DO SUL: AN EROSION PROCESS FOOD?

ABSTRACT

This paper analyzes the erosion process food that includes family agriculture from the expertise of smoking in the state of Rio Grande do Sul Occurring, thus decreasing the production of vegetables and consequently the farmers' own consumption and greater dependence on income generated by fumer crop. We also emphasize the process of commercialization of agriculture, through which agriculture is being increasingly incorporated into the markets, making it the central structures of the (re) production of the family unit was concluded that the diversification of production and even the existence of plural activities allow the resistance comes from the family in rural areas, providing the increase of agricultural production and even less reliance on producing a single product, and certainly will allow a full exploitation of the earth.

Keywords: fume; autonomy; family agriculture.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. 265f. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. São Paulo.

BALEM, T., SILVEIRA, P. R., **A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**, 2005. Disponível em:

<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

BECKER, D. F. **Estudos setoriais e regionais comparados – ESCORE** (versão preliminar para discussão), 1999.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**. Santa Maria. V. 27. jul-dez. 2003.

CORTÊS, F. P., ANJOS, F. S. dos, CALDAS N. V. Agricultura Familiar e Pluriatividade em Morro Redondo –RS. **Teor. e Evid. Econ.** Passo Fundo. v. 13 n. 25 p. 135-153. 2005.

CASTRO, A. B. de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 193 p.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO- ECONÔMICOS RURAIS, 2003. A Cadeia produtiva do Fumo. **Contexto Rural /DESER**, Ano III, no 4, dezembro.

ERDMANN, C. A, PINHEIRO, S. (1998). **Pesticides used on Tobacco crops in Southern Brazil**. Draft submitted to publication.

ETGES, V. E. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, RS. 1991. 209p.

FREITAS, M. do C. S. de. PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.** vol.20 no.1 Campinas. 2007.

GRISA, C. **A produção “pro gasto” um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 201f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conheça e apóie as medidas da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em: http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/MitosFlyer_2.pdf. Acesso em: 09 de out. de 2008.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C.A. Changing diet patterns in Brazil (1962-1988). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.28, n.6, p.433-439, 1994.

NAISBITT, J. **Paradoxo Global: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos**. Trad. de Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 123p.

RAMOS, M. O. **A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS)**. 2007. 175 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2004. 310 p.

SILVEIRA, R. L. L. da. **A produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul / RS: o lugar dos safristas na terra do fumo**. 1997. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SPIES, R. S. **O impacto de uma variação na demanda regional final sobre a produção do Vale do Rio Pardo - RS**. Santa Cruz do Sul: Curso de Ciências Econômicas da UNISC, 1997. (Monografia apresentada para graduação em Economia).

SPIES, R. S. **O processo de especialização produtiva da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS**. 2000. 127f. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul.

VOGT, O. P., **Fumicultura**. Universidade de Santa Cruz do Sul. 1997. Santa Cruz do Sul.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)**. 1994. 207f. Dissertação (mestrado). Curso de pós-graduação em História Social: Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org.) (1999). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo, UPF.